

AUDITORIA CORPORATIVA: AVALIAÇÃO DE ATIVOS DA PETROBRAS PELAS AUDITORIAS INDEPENDENTES.

Jefferson Silva de Lira¹

Joana D'arc Medeiros Martins²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo averiguar o surgimento de distorções na avaliação de ativos da Petrobras mesmo com a realização de auditorias independentes, verificando se pode existir situações de atividade ilícitas nos negócios realizados entre as empresas com que se relaciona. Utilizamos a metodologia de pesquisa bibliográfica, análise documental, estudo de caso retrospectivo. Vimos que em 2014 a Petrobras foi bastante impactada devido as baixas contábeis que foram obtidas oriundas das conclusões da investigação da “Operação Lava Jato”, conforme verificaremos nas análises das demonstrações contábeis. Constatando que pode existir manobras irregulares mesmo que a empresa tenha realizado suas auditorias independentes, e seus pareceres não indicarem indícios de distorções em suas demonstrações contábeis ou ativos.

Palavras-chaves: Auditoria independente. Operação Lava Jato.

ABSTRACT

This study aims to investigate the emergence of distortions in the evaluation of the assets Petrobras same with independent audits, checking that there may be illegal activity situations in transactions made between companies with which it relates. We used bibliographic research methodology, document analysis, retrospective case study. We saw that in 2014 Petrobras was quite impacted due to writedowns that were obtained resulting from the findings of the investigation of "Operation Lava Jet" as will check in the analysis of financial statements. Noting that there may be irregular maneuvers same that the company has accomplished out its independent audits, and their independent opinion do not indicate evidence of misstatements in its financial statements or assets.

Keywords: Independent auditing. Operation Lava Jet.

¹ Discente do Curso de Pós Graduação MBA em Administração Financeira do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN.

² Docente e Professora Orientadora do Curso de Pós Graduação MBA em Administração Financeira do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN.

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem o objetivo de identificar os fatores para o surgimento de distorções na avaliação de ativos de uma empresa mesmo com a realização de auditoria independente, proporcionando para sociedade corporativa a oportunidade de adequação de suas atividades perante os fatores que promovem o surgimento de distorções na avaliação de ativos.

Motivado pelos grandes escândalos de ilegalidade que estão sendo investigados atualmente no Brasil na empresa Petrobras, tendo como uma das consequências à geração de passivos financeiros para a empresa envolvida e a perda de valor da marca por esses acontecimentos.

E o desejo de que a sociedade utilize uma forma correta de trabalho, transformando-se numa sociedade mais ética e justa.

Com isso, o problema de pesquisa é: **a auditoria independente da Petrobrás identificou possíveis problemas na avaliação de ativos nos exercícios de 2012 a 2015?**

Sendo o objetivo geral o de identificar se a auditoria independente da Petrobrás identificou possíveis problemas na avaliação de ativos nos exercícios de 2012 a 2015. Para atingir o objetivo geral o estudo tem os seguintes objetivos específicos: a) identificar o que contribui para o surgimento de distorções na avaliação de ativos da Petrobrás; b) Mostrar os pontos críticos da auditoria independente que trazem benefícios financeiros para a empresa auditada e c) observar até que ponto a auditoria independente contribui para evitar o surgimento de distorções na avaliação de ativos de uma empresa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES – AUDITORIA CORPORATIVA

O termo auditoria se refere a uma técnica contábil que através de procedimentos aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionadas com o controle do patrimônio de uma empresa, objetiva encontrar elementos que permitam julgar se os registros

contábeis foram efetuados conforme princípios fundamentais e normas de contabilidade e se as demonstrações contábeis indicam corretamente a situação econômico-financeira do patrimônio (FRANCO; MARRA, 2001).

Segundo Sá (1998 *apud* ALBERTON, 2002, p.28), auditoria de origem latina *audire*, significando aquele que ouve e ficou conhecida pelos ingleses por *auditing*, significando revisão.

Relacionando os conceitos acima, podemos entender auditoria como uma verificação de procedimentos e informações nos relatórios e demonstrações contábeis e financeiros, com o objetivo de comprovar a verdade dos estados financeiros resultando em uma interpretação do estado em que se encontra uma empresa.

Algum tempo atrás auditoria era descobrir fraudes e erros, atualmente ela interessa-se primeiro pela veracidade dos estados financeiros, através de provas que estabeleçam o valor e autenticidade do estado financeiro sobre os quais opina, o que pode ser confirmado em Cruz (2012).

2.1.1 Auditoria Corporativa no Brasil

A primeira evidência concreta de auditoria no Brasil foi o Decreto nº 2935, de 16 de junho de 1862, que aprovava a reorganização da Cia. de Navegação por Vapor - Bahiana. O primeiro parecer de Auditoria em território nacional foi o balanço da São Paulo Tramway Light & Power Co., relativo ao ano de 1902, certificado pelos auditores canadenses Clarkson & Cross, como reitera Ricardino e Carvalho (2004).

Como umas das primeiras legislações brasileiras na área de auditoria externa, temos:

Basicamente, somente em 1965, pela lei nº 4.728 (disciplinou o mercado de capitais e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento), foi mencionada pela primeira vez na legislação brasileira a expressão “auditores independentes”. (ALMEIDA, 1996, p. 24)

“A evolução da auditoria no Brasil está primariamente relacionada com a instalação de empresas internacionais de auditoria independente, uma vez que investimentos também internacionais foram aqui implantados”. (ATTIE, 2000, p. 29)

No Brasil os principais órgãos regulamentadores na área de auditoria são: o Conselho Federal de Contabilidade (CFC); a Comissão de Valores Mobiliários

(CVM); o Banco Central do Brasil (BACEN); dentre outros que tem exigências em auditoria.

2.1.2 Auditoria Independente

De acordo com Franco e Marra (2001), embora a auditoria não se destine especificamente à descoberta de fraudes, erros ou irregularidades praticadas por administradores ou funcionários, ela frequentemente apura tais fatos, através dos procedimentos que lhes são próprios. A auditoria avalia os registros, indicando a administração, ao fisco e aos financiadores o estado que as demonstrações contábeis refletem, ou não, dando credibilidade às demonstrações contábeis e as informações nelas contidas.

O auditor externo trabalha analisando amostras das demonstrações contábeis da empresa, pois segundo Almeida (1996), caso examinasse todos os lançamentos contábeis, além do alto custo do serviço, a opinião do auditor não teria utilidade, pois seria emitida com muito atraso.

E o auditor externo deve-se preocupar com erros que, individualmente ou cumulativamente, possam levar os leitores das demonstrações contábeis a terem uma interpretação errônea sobre elas. Portanto, o valor desses erros teria que ser significativo em relação às demonstrações contábeis.

O Conselho Federal de Contabilidade define o objetivo da auditoria das demonstrações contábeis, por meio da NBC TA 200 – OBJETIVOS GERAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE E A CONDUÇÃO DA AUDITORIA EM CONFORMIDADE COM NORMAS DE AUDITORIA, como:

O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes capacita o auditor a formar essa opinião. (BRASIL, 2009)

2.1.3 Avaliação de Ativos

Consultando o comitê de pronunciamentos contábeis, através do pronunciamento técnico CPC 27, que descreve sobre Ativo Imobilizado, temos que o reconhecimento do custo de um item de ativo imobilizado deve ser considerado somente se: for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.

A mensuração do ativo imobilizado deve ser realizado pelo seu custo, o pronunciamento técnico CPC 27 fala sobre custo conforme abaixo:

O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

(a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;

(b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;

(c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a entidade incorre quando o item é adquirido ou como consequência de usá-lo durante determinado período para finalidades diferentes da produção de estoque durante esse período.

(CPC 27, 2009)

Para mensuração do custo de um item de ativo imobilizado deve-se verificar o equivalente ao preço de à vista na data do reconhecimento.

Se o ativo imobilizado for adquirido através de permuta por ativo não monetário, seu custo é mensurado pelo valor justo.

Reconhecendo o item como ativo imobilizado, deve-se levar em conta menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Se permitido por lei, o valor do ativo imobilizado deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado. A reavaliação deve ser realizada com regularidade para assegurar que o valor contábil do ativo não apresente divergência relevante em relação ao seu valor justo na data do balanço.

Se o valor do ativo aumentar em virtude de reavaliação, esse aumento deve ser creditado no patrimônio líquido. Mas o valor do ativo diminuir devido a reavaliação, essa diminuição deve ser reconhecida no resultado. No entanto, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo deve ser debitada diretamente ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de reavaliação, até o seu limite.

Tratando de redução ao valor recuperável de ativos, caso um item do ativo imobilizado esteja com parte de seu valor irrecuperável, a entidade aplica o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, que determina como a entidade deve revisar o valor contábil de seus ativos.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi à bibliográfica, documental, descritiva, estudo de caso retrospectivo, de natureza qualitativa.

Trata-se de um estudo de caso na companhia Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS uma companhia de grande relevância para o Brasil que teve recentemente processos de investigação de irregularidades.

A coleta de dados se deu através do site da Bovespa, onde utilizou os documentos, tais como relatórios contábeis e pareceres dos auditores independentes, no período de outubro de 2016.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Verificamos os pareceres dos auditores independentes do ano de 2012, 2013, 2014 e 2015, para analisar se os auditores independentes contratados pela Petrobras teriam sinalizado sobre a existência de indícios de problemas nas avaliações de ativos da empresa.

Nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e 2011, está inserido o parecer dos auditores independentes de 2012, onde não observamos ressalvas que indicassem indícios de problemas, conforme abaixo:

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que

se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela manutenção do saldo de ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

(PETROBRAS, 2013)

Nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está inserido o parecer dos auditores independentes de 2013, que também não foi observado ressalvas que indicassem indícios de problemas, conforme abaixo:

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Base de preparação

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela manutenção do saldo de ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

(PETROBRAS, 2014)

No parecer dos auditores independentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi verificado a seguinte ênfase: “- Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia”. Onde foi chamado a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da “Operação Lava-Jato” sobre a Companhia.

Verificando a nota explicativa 3 nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 – Petróleo Brasileiro S.A., temos o histórico da “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia mostrando que:

(i) a baixa contábil de R\$ 6.194 milhões nas demonstrações contábeis consolidadas (R\$ 4.788 milhões nas demonstrações contábeis individuais) referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados;

(ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia;

(iii) a investigação que vem sendo conduzida pela Securities and Exchange Commission (SEC).
(PETROBRAS, 2015)

De acordo com depoimentos obtidos pelas investigações criminais das autoridades brasileiras, que se tornaram públicos a partir de outubro de 2014, altos executivos da Petrobras entraram em conluio com empreiteiras, fornecedores e outros envolvidos para estabelecer um cartel que, entre 2004 e abril de 2012, sistematicamente impôs gastos adicionais nas compras de ativos imobilizados pela Companhia.

A fim de contabilizar o impacto dos referidos gastos adicionais, a Petrobras estimou o ajuste que deveria ser feito no ativo imobilizado, através dos cinco passos descritos a seguir:

- 1) Foram listadas todas as companhias citadas nos depoimentos tornados públicos e levantadas as empresas envolvidas e relacionadas.
- 2) Foi identificado o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos que foi de 2004 a abril de 2012.
- 3) Foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos. Com isso, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.
- 4) Foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).
- 5) Foi aplicado o percentual fixo de 3%, conforme indicado nos depoimentos, sobre o valor total de contratos definido no passo (4).

Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente foi reconhecida no resultado do terceiro trimestre de 2014, conforme veremos abaixo uma tabela com o consolidado da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente.

Tabela 1: Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente.

"Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente"	Consolidado						
	E&P	Abasteci- mento Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Valor Total	
Esquema de pagamentos indevidos:							
Valor total dos contratos ^(*)	62.679	110.867	21.233	757	752	3.322	199.610
Estimativa do valor total de gastos adicionais (3%)	1.880	3.326	637	23	23	99	5.988
Pagamentos não relacionados ao <i>esquema de pagamentos indevidos (fora do cartel)</i>	139	1	10	–	–	–	150
	2.019	3.327	647	23	23	99	6.138
Reversão da depreciação dos referidos ativos	(87)	(198)	(52)	–	–	(9)	(346)
Impacto no ativo imobilizado	1.932	3.129	595	23	23	90	5.792
Baixa de créditos fiscais referentes aos ativos impactados ^(**)	37	298	57	–	–	10	402
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	1.969	3.427	652	23	23	100	6.194

^(*) Inclui R\$ 44.115 referentes a valores de contrato cujos pagamentos serão realizados após 30 de setembro de 2014.

^(**) Baixa de créditos fiscais que não serão aproveitados.

Fonte: Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013 – Petróleo Brasileiro S.A..

Também foi observado no parecer dos auditores independentes do ano de 2014, a nota explicativa 30.2 que fala das ações coletivas e processos relacionados que foram propostas contra a Companhia perante Corte nos Estados Unidos.

O autor líder alega que a Petrobras através de fatos relevantes e outras informações arquivadas na SEC, teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores ao erro, o que teria supostamente elevado artificialmente o preço dos títulos da Petrobras.

No parecer dos auditores independentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi verificado novamente a ênfase: “- Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia”, que aponta os mesmos itens (i), (ii) e (iii) idêntico ao parecer do ano de 2014, além disso acrescentou o item:

(iv) o Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo para apuração de potenciais danos causados a investidores no mercado de valores mobiliários no Brasil.

(PETROBRAS, 2016)

Onde foi chamado a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da “Operação Lava-Jato” sobre a Companhia.

Comparando as demonstrações contábeis da Petrobras nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, podemos notar que o ano de 2014 foi o mais impactado com a investigação da “Operação Lava Jato”. Pois verificamos sempre valores piores para companhia neste ano conforme abaixo:

Inicialmente notamos que no Balanço Patrimonial, desde 2012 até 2014 existe uma queda nos valores do Ativo intangível e mantendo-se estável no ano de 2015. Este comportamento pode reflexo por exemplo de perda de valor de sua marca durante este período.

Verificando a Demonstração de Resultados podemos notar a existência de valores no item “Perda no valor de recuperação de ativos – Impairment” nos anos de 2013, 2014 e 2015 sendo 1.238; 44.636; 47.676, em milhões de reais respectivamente. Ou seja, devido a investigação em curso, sabendo que existiu um sobre preço de aproximadamente 3% nas transações realizadas entre as empreiteiras, fornecedores e a Petrobras, foi inserido nas demonstrações contábeis da companhia estes valores de perda por Impairment, que significa que alguns bens estavam registrados com valor superior ao seu valor recuperável.

Ainda na Demonstração dos Resultados do ano de 2014, notamos o valor de 6.194 em milhões de reais, relativo a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente, ou seja, o sobre preço comentado anteriormente que não deveria existir produziu uma capitalização indevida que foi registrado neste item para baixa nas demonstrações contábeis deste ano.

Analisando as demonstrações do valor adicionado podemos verificar que de 2012 até 2014 existiu uma diminuição no valor adicionado a distribuir sendo 181.789; 193.121; 146.440 em milhões de reais respectivamente. Tendo uma leve recuperação em 2015, ou seja, o valor adicionado refletiu o comportamento descrito anteriormente de perdas de valor e baixas de gastos nestes anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de várias outras novas informações mais detalhadas, ao longo de 2015, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Com isso, determinados ex-executivos da Petrobras foram presos e/ou denunciados por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

O Ministério Público Federal reconhece a Petrobras como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato”, pois a Companhia não obteve vantagens indevidas neste esquema investigado pela Polícia Federal.

A Petrobras ingressou com cinco ações civis públicas por atos de improbidade administrativa, ajuizadas pelo Ministério Público Federal em fevereiro de 2015, bem como em outra ação de mesmo objeto ajuizada pela União Federal, incluindo pedido de indenização por danos morais. Para cada ação foi distribuída uma ação cautelar com objetivo de bloqueio de bens dos réus para garantir o futuro ressarcimento da Petrobras.

A Polícia Federal brasileira iniciou a investigação da “Operação Lava Jato” desde 2009, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros.

Observamos nos pareceres dos auditores independentes do ano de 2012 e 2013 que não houve nenhuma indicação sobre indícios de irregularidades nas demonstrações contábeis.

Diante destas constatações podemos inferir que já existia desde 2009, um esquema ilícito envolvendo várias empresas incluindo a Petrobras, neste caso, causando prejuízo para esta Companhia. Contudo os pareceres dos auditores independentes não conseguiram demonstrar algum indício de irregularidade.

Diante disso, verificamos que existem manobras e irregulares que acontecem inicialmente externamente as empresas que influenciam diretamente em alguns pontos nas demonstrações contábeis, mesmo que esta influência não esteja claramente identificada até que se tenha notícia de uma investigação policial externa.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Luiz. **Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental**. Florianópolis: 2002. 272 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: Um curso moderno e completo. In:_____. **Introdução**. São Paulo: Atlas, 1996. Cap. 1. p. 21-33.
- ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e aplicações. In:_____. **Introdução à auditoria**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. Cap. 1. p. 23-30.
- BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Norma NBC TA 200: Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria**. Brasília: CFC, 2009.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 27: Ativo Imobilizado**. Brasília, 2009.
- CRUZ, Flávio da. Auditoria e controladoria. In:_____. **Introdução à auditoria governamental**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2012. Cap. 4. p. 139-163.
- FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria contábil. In:_____. **Conceito e aplicação da auditoria contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001. Cap. 1. p. 25-38.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRAS. **Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 e 2011**. Rio de Janeiro, 2013.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRAS. **Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 e 2012**. Rio de Janeiro, 2014.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRAS. **Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e 2013**. Rio de Janeiro, 2015.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. – PETROBRAS. **Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e relatório dos auditores independentes**. Rio de Janeiro, 2016.

RICARDINO, Álvaro; CARVALHO, L. Nelson. Breve retrospectiva do desenvolvimento das atividades de auditoria no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 35, p. 22 - 34, maio/agosto 2004.